

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

TJ-RJ

Analista Judiciário – Grupo: Judicial – Especialidade:
Execução de Mandados

NV-039MR-20



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Analista Judiciário – Grupo: Judicial – Especialidade: Execução de Mandados

EDITAL Nº 1 – TJRJ, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Atualizado até 03/2020

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Legislação Especial - Profº Rodrigo Gonçalves
Noções Dos Direitos Das Pessoas Com Deficiência - Profª Bruna Pinotti
Ética No Serviço Público - Profª Bruna Pinotti
Direito Administrativo - Profº Fernando Zantedeschi
Direito Constitucional - Profª Giovana Marques
Direito Civil - Profº Rodrigo Gonçalves
Direito Processual Civil - Profª Bruna Pinotti
Direito Penal - Profº Fernando Zantedeschi
Direito Processual Penal - Profº Fernando Zantedeschi
Legislação - Profº Eduardo Gigante

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Josiane Sarto
Roberth Kairo

DIAGRAMAÇÃO

Paulo Martins
Willian Lopes
Rodrigo Bernardes de Moura

CAPA

Joel Ferreira dos Santos

Edição Mar/2020



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	01
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	03
Domínio da ortografia oficial. Emprego das letras. Emprego da acentuação gráfica	04
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual.....	13
Emprego/correlação de tempos e modos verbais.....	15
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	27
Emprego dos sinais de pontuação.....	36
Concordância verbal e nominal.....	39
Emprego do sinal indicativo de crase.....	45
Colocação dos pronomes átonos.....	48
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade	55

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Lei Estadual nº 6.956/2015.....	01
Decreto-Lei nº 220/1975 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro).....	03
Decreto nº 2.479/1979 e suas alterações (Regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro).....	07
Lei Estadual nº 4.620/2005 e suas alterações (Dispõe sobre a unificação e a reestruturação dos Quadros de Pessoal e institui a carreira de serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro).....	13
Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, parte judicial: Livro I – Parte Geral. Da Corregedoria Geral da Justiça Da Estrutura e do funcionamento: dos Atos Normativos; dos meios de comunicação entre os serviços judiciários; Da função correicional: das correições, fiscalizações e inspeções: da responsabilidade disciplinar; Dos Recursos; Dos Deveres: dos deveres dos Responsáveis pelo gerenciamento das Serventias; do horário de trabalho; da ausência do Chefe de Serventia e da vacância da função; da utilização do sistema de processamento de dados; da expedição de certidões. Das Custas Judiciais: disposições gerais; do recolhimento das custas e a certificação pelas serventias judiciais	15
Regimento Interno do TJRJ; Da competência; Do Tribunal Pleno e do Órgão Especial; Do Conselho da Magistratura Resolução Órgão Especial nº 01/2017; Anexo Consolidado: Anexo XXXIX Da Estrutura Organizacional do Poder Judiciário, Título I Da Administração Superior; Capítulo I Da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Seção I Do Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça; Seção II Do Gabinete da Presidência; Seção III Dos Núcleos Regionais; Capítulo II Da Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial; Capítulo III Do Conselho da Magistratura; Seção I Da Secretaria do Conselho da Magistratura; Capítulo IV Da Corregedoria-Geral da Justiça	16

SUMÁRIO

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015).....	01
Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000).....	04
Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei nº 10.048/2000).....	06

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral.....	01
Ética, princípios e valores.....	04
Ética e democracia: exercício da cidadania.....	06
Ética e função pública.....	09
Ética no setor público.....	13
Lei nº 8.429/1992 e suas alterações. Disposições gerais. Atos de improbidade administrativa.....	15
Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.....	26

DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes.....	2
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo. Cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa.....	4
pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Processo administrativo disciplinar. Disposições constitucionais aplicáveis.....	10
Agentes públicos. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função.....	10
Poderes da administração pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso de poder.....	21
Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da administração pública.....	27
Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso.....	31
Serviços públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação. Concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios.....	34
Organização administrativa. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.....	38
Controle da administração pública. Controle exercido pela administração pública. Controle judicial. Controle legislativo. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).....	49
Improbidade administrativa: Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.....	58
Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).....	68
Licitações e contratos administrativos. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.....	79

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais	01
Direitos e garantias fundamentais. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Dos Direitos Sociais. Da Nacionalidade. Dos Direitos Políticos. Dos Partidos Políticos	04
Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.....	15
Poder Legislativo. Do Congresso Nacional e suas Atribuições. Da Câmara dos Deputados e dos Deputados. Do Senado Federal e dos Senadores. Das Reuniões e das Comissões. Do Processo Legislativo Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.....	21
Poder Executivo. Do Presidente e do Vice-Presidente da República. Das Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República. Da Responsabilidade do Presidente da República. Dos Ministros de Estado. Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional	26
Poder Judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder Judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.....	28
Funções essenciais à justiça. Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.....	32

DIREITO CIVIL

Lei de introdução às normas do direito brasileiro Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis; Conflito das leis no tempo; Eficácia das leis no espaço	1
Pessoas naturais; Conceito; Início da pessoa natural; Personalidade. Capacidade; Direitos da personalidade; Nome civil; Estado civil. Domicílio; Ausência	8
Pessoas jurídicas; Disposições Gerais; Conceito e Elementos Caracterizadores; Constituição; Extinção; Capacidade e direitos da personalidade.	15
Sociedades de fato; Associações. Sociedades; Fundações; Grupos despersonalizados; Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios	22
Bens; Diferentes classes; Bens Corpóreos e incorpóreos; Bens no comércio e fora do comércio	26
Fato jurídico; Negócio jurídico; Disposições gerais; Classificação e interpretação; Elementos; Representação; Condição, termo e encargo	30
Defeitos do negócio jurídico; Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico; Simulação	38
Atos jurídicos lícitos e ilícitos	41
Prescrição e decadência	42
Prova do fato jurídico	44
Contratos; Princípios; Classificação; Contratos em geral; Disposições gerais; Interpretação; Extinção; Espécies de contratos regulados no Código Civil.....	47

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

SUMÁRIO

Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). Normas processuais civis.....	01
A jurisdição. A Ação. Conceito, natureza, elementos e características. Condições da ação. Classificação.....	06
Da Cooperação Internacional. Disposições gerais. Do auxílio direto. Da carta rogatória.....	09
Da Competência. Disposições gerais. Da modificação da competência. Da incompetência.....	11
Pressupostos processuais. Preclusão. Sujeitos do processo. Capacidade processual e postulatória. Deveres das partes e procuradores. Procuradores. Sucessão das partes e dos procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros.....	16
Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do Juiz. Dos Impedimentos e da Suspeição.....	27
Dos Auxiliares da Justiça.....	30
Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública.....	32
Atos processuais. Forma dos atos. Tempo e lugar. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Nulidades.....	33
Distribuição e registro. Valor da causa.....	45
Tutela provisória. Tutela de urgência. Disposições gerais.....	46
Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento. Procedimento comum. Disposições Gerais. Petição inicial. Dos requisitos da petição inicial. Do pedido. Do indeferimento da petição inicial. improcedência liminar do pedido. Da conversão da ação individual em ação coletiva. Da audiência de conciliação ou de mediação. Contestação, reconvenção e revelia. Providências preliminares e de saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Da audiência de instrução e julgamento.....	54
Provas.....	69
Sentença e coisa julgada. Cumprimento da sentença e sua impugnação.....	90
Teoria Geral dos Recursos. Dos recursos. Disposições gerais. Da apelação. Do agravo de instrumento. Do agravo interno. Dos Embargos de Declaração. Dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.....	107
Do Processo de execução.....	125
Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.....	136
Mandado de segurança.....	144
Ação popular.....	148
Ação civil pública.....	152
Ação de improbidade administrativa.....	154
Lei nº 11.419/2006 (Processo Judicial Eletrônico).....	165

DIREITO PENAL

Princípios aplicáveis ao Direito Penal.....	1
Aplicação da lei penal; A lei penal no tempo e no espaço; Tempo e lugar do crime; Interpretação da lei penal; Analogia; Irretroatividade da lei penal.....	7
Conflito aparente de normas penais.....	13
Illicitude.....	18
Culpabilidade.....	19
Concurso de Pessoa.....	20
Penas; Espécies de penas; Cominação das penas.....	22

SUMÁRIO

Ação penal.....	30
Punibilidade e causas de extinção	32
Prescrição.....	35
Crimes contra a fé pública.....	38
da falsidade de títulos e outros papéis públicos.....	38
Crimes contra a Administração Pública	45
Lei nº 4.898/1965, e suas alterações (abuso de autoridade)	46
Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).....	48
Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal	53
Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e suas alterações).....	55
Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000)	64

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Processo penal brasileiro; processo penal constitucional; Sistemas e princípios fundamentais.....	01
Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas; Disposições preliminares do Código de Processo Penal.....	02
Fase pré-processual; Inquérito policial.....	09
Processo, procedimento e relação jurídica processual; Elementos identificadores da relação processual; Formas do procedimento; Princípios gerais e informadores do processo.....	11
Pretensão punitiva; Tipos de processo penal	13
Ação penal.....	13
Ação civil Ex Delicto	15
Jurisdição e competência.....	15
Questões e processos incidentes - Prova.....	17
Do Juiz, do Ministério Público, Do Acusado e Defensor, Dos Assistentes e Auxiliares da Justiça	23
Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações)	24
Citações e intimações.....	29
Atos processuais e atos judiciais.....	31
Do processo comum; Da Instrução criminal	33
Do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri; Da acusação e da instrução preliminar; Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária	35
Da preparação do processo para julgamento em plenário; Do alistamento dos jurados; Do desaforamento; Da organização da pauta; Do sorteio e da convocação dos jurados; Da função do jurado; Da composição do tribunal do júri e da formação do conselho de sentença; Da reunião e das sessões do tribunal do júri.....	37
Da instrução em plenário; Dos debates; Do questionário e sua votação; Da sentença; Da ata dos trabalhos; Das atribuições do presidente do tribunal do júri. Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular	41
Dos processos especiais; Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos; Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular; Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	45
Do processo sumário; Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos. Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso.....	46

SUMÁRIO

Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF)	49
Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais)	53
Prazos; características, princípios e contagem	57
Nulidades; Recursos em geral.....	67
Habeas corpus e seu processo	74
Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).....	77
Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.....	96
Disposições gerais do Código de Processo Penal.....	97

LEGISLAÇÃO

Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça, parte judicial: Livro II – Foro Judicial. 1.1 Dos Serviços Judiciais. Das Escrivanias. da Administração Interna: das citações e intimações do órgão oficial de publicação;	1
Da expedição e cumprimento do Alvará de Soltura, consulta ao Serviço de Arquivo (SARQ) e das Cartas Precatórias para cumprimento de Alvarás de Soltura e de Mandados de Prisão.....	1
Das Rotinas de Processamento	2
Dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais: disposições gerais; dos Conciliadores; dos Oficiais de Justiça; dos Núcleos de Primeiro Atendimento dos Juizados Especiais Cíveis e dos Núcleos de Distribuição, Autuação e Citação dos Juizados Especiais Cíveis (NADAC); das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Cíveis: da intimação por via telefônica; das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais. Das Centrais de Audiência de Custódia. Do cadastramento e processamento das audiências de custódia. Dos deveres dos servidores designados para atuarem nas Centrais de Audiência de Custódia. Do cadastramento no Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC-CNJ).	3
Dos Auxiliares do Juízo. do Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados – Denominação funcional de Oficial de Justiça Avaliador: disposições gerais; do cumprimento do mandado judicial; das Centrais de Mandados e dos Núcleos de Auxílio Recíproco de oficiais de Justiça Avaliadores (NAROJA).	5
Lei Federal nº 12.153/2009	6

ÍNDICE

DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes	2
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo. Cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa	4
pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Processo administrativo disciplinar. Disposições constitucionais aplicáveis	10
Agentes públicos. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função	10
Poderes da administração pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso de poder	21
Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da administração pública	27
Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso	31
Serviços públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação. Concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios	34
Organização administrativa. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público	38
Controle da administração pública. Controle exercido pela administração pública. Controle judicial. Controle legislativo. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa)	49
Improbidade administrativa: Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores	58
Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo)	68
Licitações e contratos administrativos. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações	79

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONCEITOS

Para compreender melhor o âmbito do estudo do ramo de direito administrativo, é imprescindível compreender as noções e diferenças entre Estado, Governo, e Administração Pública. Muitas vezes utilizamos esses três termos como sinônimos, ainda que de forma errônea. Isso ocorre porque os três têm um ponto em comum, que é o fato de estarem inseridos no Poder Executivo, mas que não se confundem entre si.

ESTADO: CONCEITO, NATUREZA, ELEMENTOS E PODERES

Utilizamos o termo “Estado” para descrever uma forma de governo sobre um povo em específico, situado em um determinado território. O Estado possui natureza essencialmente política, com clara densidade cultural e reflexos jurídicos por toda a sociedade que se subordina ao mesmo, sendo considerado pessoa jurídica de direito público, com poderes e prerrogativas especiais para a persecução de determinados fins.



#FicaDica

O conceito apresentado possui o que a doutrina denomina de elementos essenciais do Estado. Embora não haja uma uniformidade em relação aos mesmos, o certo é que podemos distinguir cada Estado baseado em, no mínimo, três elementos: soberania, povo e território. Trata-se de assunto que aparece em muitas questões de concursos que podem confundir o candidato.

Sobre os elementos do Estado, povo é um conjunto de cidadãos (natos e naturalizados) vinculados a um regime jurídico do Estado, formando uma entidade jurídica. Território é a base física, uma parte do globo em que o Estado pode exercer seu poder, servindo de limite a sua jurisdição e fornecendo-lhe recursos materiais. Governo (ou soberania) é o exercício do poder do Estado, interna e externamente, conferindo-lhe a sua autodeterminação. Não confundir com a composição do Estado, que é a sua divisão interna com base na sua forma confederativa. No caso do Estado brasileiro, este é composto pela União, Estados, Municípios, e Distrito Federal. Atualmente não há mais nenhum Território Federal, pois os remanescentes foram transformados em outros entes federativos, nos termos da Constituição Federal de 1988.

Quanto aos Poderes do Estado, primeiramente deve-se conceituar o que vem a ser um Estado de Direito, pois só podemos falar em separação dos poderes quando estamos diante de um Estado que subordina a sua vontade à ordem legal. A necessidade da construção de um Estado de Direito surge durante o Absolutismo (meados do século XVI e XVII), época em que o Poder Político estava concentrado nas mãos de uma única pessoa, o Monarca, e o Estado agia segundo a sua vontade, gerando em gra-

víssimas violações aos direitos e liberdades de seus súditos. A necessidade de controlar o Estado, impedindo-o de praticar tais abusos fez com que, durante a Revolução Francesa, surgisse as noções do Estado de Direito e da Separação dos Poderes.

A divisão dos Poderes que temos no Estado brasileiro segue o modelo apresentado por Montesquieu durante a referida época. Assim, o Estado de Direito possui três Poderes ou Funções: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Poder Legislativo é encarregado de criar as leis e demais normas legais, válidas para todos, inclusive para o próprio Estado. O Poder Executivo tem como sua principal função dar fiel execução às leis criadas pelo Legislativo, bem como o exercício das funções política e administrativa do Estado. Por fim, ao Poder Judiciário compete o exercício da jurisdição, dirimindo os conflitos de ordem jurídica que pairam sobre a sociedade. Para tanto, utiliza-se de diversos institutos de grande importância para o exercício da jurisdição, como o devido processo legal, o exercício do contraditório e ampla defesa, entre outros.

Importante mencionar que as principais características dos Três Poderes do Estado é que estes são independentes e harmônicos entre si. Os Poderes são independentes, pois cada um apresenta sua própria esfera de competência e que, em regra, não admite sobreposição de um sobre o outro. Ao mesmo tempo, são também harmônicos uma vez que atuam de forma conjunta, em cooperação para perseguir os interesses estatais, o respeito aos direitos dos cidadãos, e a garantia dos direitos fundamentais.

1. GOVERNO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

Já mencionamos que Governo é um dos elementos que estruturam o Estado. Trata-se da cúpula diretiva do mesmo, responsável pela condução dos interesses estatais e pelo exercício do poder político, podendo ter sua composição modificada mediante o período das eleições. São pessoas integrantes do Governo, o Presidente da República, os Deputados, Senadores, Prefeitos, Vereadores, e etc.

Não há uma unanimidade quanto à classificação das formas de governo. Aristóteles costumava dividir os governos em dois grupos: os governos puros e perfeitos, como a Monarquia, a Aristocracia, e a Democracia; e o grupo dos governos impuros e imperfeitos, como a Tirania, a Oligarquia e a Demagogia, considerados antíteses dos governos puros. Maquiavel, por sua vez, classifica todas as formas de governo em apenas duas espécies: Monarquia e República, podendo ser subdividida em diversas espécies. Kelsen, por sua vez, também divide as diversas espécies de governo em dois grandes grupos: os governos democráticos, com participação popular na tomada de decisões, e os governos autocráticos, em que há ausência dessa participação popular.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO E ACEPTÕES

Administração Pública, outro ente que integra o Poder Executivo, é o conjunto de órgãos e agentes estatais no exercício da função administrativa, podendo estar presentes inclusive nos Poderes Legislativo e Judiciário,